Controladoria-Geral debateu em evento mecanismos de transformação nas instituições. Entre eles, planejamento estratégico e capacitação de servidores

O planejamento estratégico deve ser adotado pelas instituições do Governo do Distrito Federal (GDF) como exemplo de boa prática para êxito na tomada de decisões.

É que o que recomenda a Cartilha Governança e Compliance lançada nesta semana pela Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF).

Também são recomendados nesse material o mapeamento dos processos com a identificação e correção de fluxos problemáticos e ainda a capacitação dos servidores.

“Estamos lançando um manual de boas práticas de governança para os órgãos do GDF tornarem a administração mais eficiente”, afirmou o controlador-geral do DF, Paulo Martins, durante o evento “Café com Governança e Compliance” promovido nessa quinta-feira (11) com transmitido ao vivo pela TV CGDF, no Youtube.

Esse foi o primeiro evento realizado neste ano dentro da série iniciada no ano passado. A live transcorreu em formato de bate-papo, em que as perguntas dos expectadores foram direcionadas aos participantes, que esclareceram os pontos abordados.

Martins ressaltou que todas essas medidas e implementações são para agregar e gerar valor ao serviço público, melhorando o desempenho da administração, tanto na quantidade de serviços entregues quanto na qualidade deles, expandindo a capacidade das instituições.

Dever de casa

No lançamento do material, Martins apontou que a própria Controladoria tem que ser uma referência sobre a aplicação das boas práticas de governança.

“Como a CGDF precisa ser exemplo dentro do GDF, estamos atualizando o regimento interno da Controladoria, que é uma das ferramentas de boas práticas”, adiantou.

Além disso, complementou, a Comissão Geral de Ética Pública, prevista desde 2016, está implementada na gestão do governador Ibaneis Rocha, com duas reuniões já realizadas e regimento interno aprovado.

Competências

Durante a live, a subcontroladora de Governança e Compliance da CGDF, Joyce de Oliveira, deu diversos exemplos de como as boas práticas de governança podem ser aplicadas pelos órgãos do governo do DF.

“É preciso ter uma metodologia bem estabelecida, mapear os processos e fluxos do órgão, capacitar e estimular os servidores a focar em resultados e cumprir o que a legislação traz sobre a competência de cada um. Por isso, a necessidade de um regimento interno sempre atualizado”, destacou.

“A instituição de um comitê interno proporciona organização para os secretários de Estado na coordenação de projetos e ações, colocando em prática as diretrizes para o cumprimento de metas. Esses são apenas alguns exemplos, mas a Controladoria está aberta para que os órgãos tirem todas as suas dúvidas e consigam se tornar mais eficientes e eficazes”, detalhou.

Pandemia

O gestor governamental do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Pedro Cavalcante, um dos convidados dessa edição do Café, lembrou que, para colocar em prática a transformação institucional e a governança, é necessário levar em consideração as peculiaridades de cada órgão.

“Nem todas as entidades têm condições de abraçar da mesma forma as orientações. Por isso, para haver uma continuidade nas políticas de governança, é preciso aplicar os preceitos da legislação de forma distinta para cada órgão. Hoje a Secretaria de Saúde, por exemplo, em plena pandemia, tem uma realidade totalmente distinta da Secretaria de Economia, e isso deve ser levando em consideração”, comparou.

Já o secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, Eduardo Pereira Filho, também convidado do Café, deu um exemplo da implementação desses mecanismos na pasta, mesmo neste momento de pandemia.

“A ideia era montar uma agência de atração de investimentos. Mas, com a pandemia, não seria possível dar exequibilidade ao projeto, até porque não poderíamos ter novos custos. Então nós vislumbramos até onde queríamos chegar e verificamos quais ferramentas poderíamos usar neste momento”, recapitulou.

Em consequência, o titular da pasta relatou que houve inovação com a união de servidores e de setores para mitigar riscos e estabelecer um comitê de atração de investimentos com ritmo e fluxos processuais.

**Com informações da Controladoria-Geral do DF*

Fonte: Agência Brasília, em 12.03.2021